

.COROLÁRIO ROOSEVELT À DOCTRINA MONROE

A Doutrina Monroe, enunciada em 1823, teve seu sentido reinterpretado pelo menos quatro vezes ao longo do século XIX, como atestam os corolários Clay (1825), Polk (1845), Grant (1871) e Olney (1895). Foi o corolário Roosevelt (1904), contudo, que ganhou notoriedade como a mais explícita alteração no caráter defensivo de que se revestia a doutrina na sua origem. O documento ao qual se costuma associar este corolário foi a mensagem ao Congresso (*State of the Union Address*) do presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909), em 6 de dezembro de 1904:

“Não é verdade que os Estados Unidos sentem qualquer fome de terra. (...) Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa amizade sincera. (...) [Mas] Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e *no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos*, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, **ao exercício de um poder de polícia internacional**”. [Tradução livre e grifos do autor].

Na prática, aquilo que a declaração anunciava não era novidade. A exemplo do que faziam potências europeias na mesma época, os Estados Unidos da América perseguiam seus objetivos nacionais no exterior por meio de intervenções armadas na América Central, América do Sul, Caribe e Pacífico desde, pelo menos, a Guerra Hispano-Americana (1898), ainda no governo de William McKinley (1897-1901).

Roosevelt explicou tais métodos em política externa como inspirados nos preceitos de um provérbio africano: “*Speak softly and carry a big stick; you will go far*” (“Fale macio com um grande porrete na mão”). Essa frase, como mostra Aron, deu origem à expressão *Big Stick Policy* (“Política do Grande Porrete”) para caracterizar a versão norte-americana da “diplomacia das canhoneiras”, que vigorou entre 1898 e 1934.

O Corolário Roosevelt buscava, portanto, legitimar as intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, já que não visavam à aquisição de territórios, mas à preservação da civilização, da ordem, da estabilidade e do progresso. Até ser abandonada, em 1934, a *Política do Grande Porrete* recorreu à diplomacia das canhoneiras para levar ao poder governantes ou grupos políticos favoráveis aos

interesses norte-americanos, obter o pagamento de dívidas, ou ainda para combater movimentos revolucionários em sua área de influência.

Theodore Roosevelt and his Big Stick in the Caribbean, 1904



Roosevelt's policies seemed to be turning the Caribbean into a Yankee pond. (The Granger Collection). William Allen Rogers's 1904 cartoon recreates an episode in Gulliver's Travels

ANTECEDENTES E HISTÓRICO

Em 1823, no contexto de afirmação das independências da maior parte das ex-colônias ibéricas na América, os Estados Unidos da América apresentaram-se como defensores de um continente livre de novas conquistas territoriais por parte de países europeus. Com esse caráter defensivo, a Doutrina Monroe ficou associada ao *slogan* “América para os americanos”. Ao longo do século XIX, no entanto, ela foi sucessivamente reinterpretada, até conformar-se, na virada do século, aos interesses intervencionistas do imperialismo dos EUA, que agora se afirmavam como potência hegemônica na região, rivalizando com a tradicional predominância britânica.

As mudanças na política externa dos EUA eram fruto da projeção internacional de uma potência extraeuropeia emergente, que buscava afirmar sua própria esfera de influência nas Américas enquanto os europeus consolidavam sua expansão na África e

na Ásia, e enquanto outra potência emergente, o Japão, buscava afirmar-se no Pacífico, para onde se expandia estrategicamente o poderio naval norte-americano.

Na origem das intervenções militares estavam, portanto, não apenas considerações de ordem estratégica (em geral inspiradas nas teses de Mahan), mas também motivações econômicas e interesses comerciais e financeiros que disputavam com outros grupos domésticos o controle sobre a política externa do país. Mesmo antes da presidência de McKinley, esse tipo de preocupação foi encarnado, por exemplo, pelo secretário de Estado do governo republicano de Benjamin Harrison, James Blaine (1889-1892). Ele enfatizou as relações com a Grã-Bretanha e com a América Latina.

Para diminuir a influência britânica e estimular a expansão econômica dos EUA nas Américas, Blaine reforçou a retórica da solidariedade continental, fazendo reviver o pan-americanismo monroísta. Um exemplo desse “monroísmo” reeditado foi a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), promovida por Blaine em Washington, em que se criou o Bureau das Repúblicas Americanas (precursor da Organização dos Estados Americanos, a OEA). Mas, enquanto falava macio, Blaine propunha uma união aduaneira, uma ferrovia transcontinental e diversos outros mecanismos de integração econômica. Mesmo depois de ter malogrado o seu projeto de um *Zollverein* americano, não desistiu e seguiu negociando bilateralmente tratados de reciprocidade alfandegária com base na Tarifa McKinley, de 1890 (um deles, com a República dos Estados Unidos do Brasil, vigorou de 1891 a 1894).

Outro elemento de continuidade, que ilustra como houve comunhão entre as pretensões do governo Roosevelt e as de alguns dos seus antecessores, também serviu a interesses estratégicos e econômicos ao mesmo tempo. Tratava-se do projeto de um canal interoceânico, que rasgasse a América Central para encurtar o caminho marítimo entre o oceano Atlântico e o Pacífico. No final do século XIX, após consolidar sua expansão territorial, o fim da escravidão e o capitalismo em todo o território nacional, a economia norte-americana precisava de uma ligação entre a costa leste e a costa oeste. Era pretensão havia tempos almejada por flibusteiros e outros interessados na expansão econômica dos EUA para a América Central. Em 1903, o mais famoso episódio associado à *Big Sitch Policy* foi a efetivação dessa pretensão por John Hay, secretário de Estado desde o governo McKinley (1898-1905): depois de constatar a inviabilidade de um projetado canal interoceânico na Nicarágua, o governo dos EUA negociou com a Colômbia a construção do canal no Panamá.

Mas o Senado colombiano recusou-se a ratificar o Tratado Hay-Herrán (22/1/1903), que dava aos norte-americanos a soberania sobre as terras na zona do canal. No fim daquele mesmo ano, em novembro, rebeldes panamenhos liderados por Manuel Amador proclamaram a independência do Panamá (3/11/1903). O governo Roosevelt, que estimulara a rebelião, imediatamente reconheceu o novo país e enviou seus *marines* (fuzileiros navais), a bordo do encouraçado *USS Nashville*, para impedir a repressão ao movimento por parte do governo colombiano (enquanto isso, a diplomacia brasileira buscou articular o imediato reconhecimento do Panamá pela Argentina e pelo Chile). Em retribuição, 15 dias depois os EUA obtiveram do novo governo panamenho o Tratado que queriam para construir o canal e controlar uma faixa de terra de 16km de largura em seu entorno, a “Zona do Canal”, em troca de um arrendamento perpétuo (Tratado Hay-Bunau-Varilla, de 18/11/1903).

Nem mesmo as intervenções militares de Roosevelt constituíram inovação. Na última década do século XIX, os EUA passaram a recusar não apenas a conquista de territórios americanos por países europeus, mas também a própria presença militar de outros países em sua própria área de influência. A primeira evidência de uma manifestação retórica dessa nova orientação da política externa norte-americana foi o “corolário Olney” à Doutrina Monroe, de 1895, que pretendeu impedir qualquer interferência nos destinos políticos de um Estado latino-americano sem prévia consulta aos EUA. Enunciado no contexto de uma disputa de limites entre Venezuela e Guiana Inglesa, o corolário Olney pareceu pretender que qualquer disputa entre países europeus e latino-americanos fosse submetida a arbitramento. Já na presidência seguinte, sob o governo republicano de William McKinley (1897-1901), a Marinha dos EUA passou a efetivamente promover intervenções militares de um novo tipo, que resultaram na conquista de colônias subtraídas a países europeus fora da tradicional área de expansão territorial norte-americana, até então restrita à América do Norte.

Foi em 1898, depois de três anos de luta armada dos cubanos contra o domínio espanhol, na Guerra de Independência Cubana (1895-1898). O conflito prejudicava interesses econômicos norte-americanos porque a ilha tinha sido grande receptora de investimentos oriundos dos EUA e destinados aos setores açucareiros e de serviços. Por isso, crescia a pressão doméstica para que o governo McKinley reclamasse a aplicação da Doutrina Monroe contra a Espanha naquele enclave europeu estratégico e geograficamente próximo da Flórida. O pretexto para a intervenção dos EUA veio em fevereiro de 1898, quando o encouraçado norte-americano *USS Maine* estava ancorado

no porto de Havana e foi misteriosamente explodido, ocasionando a morte de 260 tripulantes. A “imprensa amarela” atribuiu o incidente aos espanhóis e, em abril, o governo reconheceu a independência de Cuba e sancionou a Emenda Teller (20/4/1898), que afirmava o desinteresse dos EUA na anexação da ilha.

Entre abril e julho, a Guerra Hispano-Americana (1898) consolidou a hegemonia militar da potência ianque no “lago americano”. O Brasil manteve-se formalmente “neutro” no conflito, mas foi o único país da América Latina a demonstrar simpatia pelos EUA. Em março, o ministro brasileiro em Londres, Sousa Correia, negociou com o representante norte-americano, Henry White, a cessão de dois navios que o Brasil tinha encomendado a estaleiros ingleses. Agentes do governo espanhol que também tentaram comprar os navios foram preteridos pelo governo brasileiro, que aliás passava por graves dificuldades financeiras – conforme evidencia o *funding loan* negociado por Joaquim Murtinho e Campos Sales no final daquele mesmo ano.

Em menos de seis meses terminou o conflito que o secretário de Estado John Hay (1898-1905) chamaria de “uma esplêndida guerrinha”: pelo Tratado de Paris (10/12/1898), os EUA tomaram dos espanhóis Porto Rico, Guam e as Filipinas. A Espanha, por outro lado, perdeu duas esquadras inteiras na guerra, e no ano seguinte vendeu os arquipélagos que lhe restavam no Pacífico: pelo Tratado Germano-Espanhol (1899), as ilhas Carolinas e Marianas (exceto Guam) passavam à soberania do Império Alemão, enterrando o Império ultramarino espanhol nas Américas e no Pacífico. Quanto aos EUA, tiveram uma vitória militar que garantiu a aplicação da Doutrina Monroe no Caribe e, de quebra, incrementou a presença da Marinha de guerra ianque no Pacífico. Meses antes, aliás, McKinley tinha aproveitado as operações navais contra a Espanha para convencer o Congresso da importância estratégica do Havaí. O Senado aprovou a medida em junho de 1898, um ano depois de ter rejeitado a ideia. O Havaí tornava-se, assim, território da União, em 7 de julho de 1898. Lá estava situada a base de Pearl Harbor, que fora cedida em 1875 e futuramente viria a constituir-se no núcleo da Esquadra dos EUA no Pacífico, tendo servido para contrapor a projeção do poderio naval japonês na região. Na virada do século, a projeção norte-americana no Pacífico já era suficiente para influir na política das potências européias em relação à China, onde se consagrou publicamente a “política de portas abertas” (*Open Door Policy*), sistematizada e defendida pelo secretário de Estado John Hay.

Quanto a Cuba, obteve sua independência formal com a vitória dos EUA sobre a Espanha em 1898, mas ficou sob ocupação militar norte-americana até 1902. Além

disso, os cubanos sofreram pressão dos EUA para incluir em sua nova Constituição a Emenda Platt (1901), que impedia Cuba de assinar tratados, endividar-se além de sua capacidade ou fazer concessões a outros países sem autorização norte-americana. A emenda permitia ainda a aplicação na ilha de um programa sanitário patrocinado pelo “grande irmão do Norte” e a venda ou arrendamento de sítios para a instalação de bases carvoeiras ou militares da Marinha norte-americana (como se deu, de fato, em Guantánamo). Por fim, o dispositivo da Constituição cubana autorizava intervenções do governo ianque na ilha para preservar a ordem ou garantir a independência do país. Em suma, Cuba tornou-se independente, mas teve sua soberania amplamente limitada, constituindo virtualmente um protetorado dos EUA.

O COROLÁRIO ROOSEVELT E A AMÉRICA AO SUL DO RIO GRANDE

Reeleito em 1900, McKinley foi atacado por um anarquista de nome Leon Czolgosz em 6 de setembro de 1901. Mortalmente ferido, faleceu oito dias depois, quando seu vice-presidente assumiu. “Teddy” Roosevelt estava alinhado com a mudança que McKinley vinha promovendo na política externa norte-americana: entre 1897 e 1898, tinha exercido, na prática, o papel de secretário da Marinha, e em 1898 fora voluntário na Guerra Hispano-Americana (o que lhe renderia, postumamente, a Medalha de Honra do Congresso). Seu governo não representou, portanto, uma inflexão. Mas legitimou retoricamente aquilo que vinha sendo feito desde 1898. Seu “corolário” à Doutrina Monroe foi uma recusa, frontal e explícita, à projeção nas Américas das disputas imperialistas entre potências europeias.

Logo no início do primeiro mandato de Roosevelt, a ameaça se fez presente perto das fronteiras, no “lago americano”: em 1902, a Venezuela sofreu intervenção para cobrança de dívidas pela força, como era comum à época. Antes de intervir, no entanto, as duas maiores potências europeias, Alemanha e Grã-Bretanha, mostraram reconhecer a hegemonia norte-americana na região e respeitar o espírito do “corolário Olney”, consultando o governo dos EUA. Roosevelt anuiu desde que a ação armada não resultasse em conquista territorial, já que essa hipótese constituiria uma violação à Doutrina Monroe. Assim, a partir de 9 de dezembro uma esquadra anglo-germânica bloqueou a foz do rio Orinoco e os cinco portos mais importantes da Venezuela – outra credora, a Itália, quis aderir depois. Mas o presidente Castro não se intimidou: teve fortes bombardeados e três canhoneiras afundadas. Diante do impasse, os EUA agiram

como mediadores para suspender o bloqueio, em fevereiro de 1903. A disputa foi então submetida ao Tribunal de Haia, que daria razão aos credores.

Esse imbróglio constituiu um marco nas relações entre EUA e América Latina, pelos desdobramentos que motivou. De um lado, a chancelaria argentina protestou junto ao Departamento de Estado contra a legitimidade do uso da força para cobrança de dívidas. Mais que isso: o chanceler portenho Luis Maria Drago invocou a Doutrina Monroe e a Doutrina Calvo como fundamentos da sua proposta de criação de uma norma de Direito Internacional que resultasse na suspensão da cobrança forçada. Ela passaria à História com o nome de “Doutrina Drago”.

Para o presidente “Teddy” Roosevelt, por outro lado, as nações civilizadas deviam cumprir, ainda que a contragosto, o papel de preservar a ordem e o respeito à lei em países indisciplinados. Por isso recusava a Doutrina Drago e considerava legítimo o recurso à força militar para a cobrança de dívidas, por exemplo. Mas, como governava um país cercado de repúblicas instáveis e devedoras de credores europeus, o presidente norte-americano se viu impelido a apresentar uma solução que evitasse a repetição do “calote” venezuelano e da presença militar europeia, principalmente no Caribe. Era esse o típico exemplo de situação em que a política externa deveria ser capaz de atingir o objetivo que o próprio Roosevelt definiu como “o exercício da antecipação inteligente e de uma ação decisiva suficientemente antes de qualquer crise provável” (tradução livre de “*the exercise of intelligent forethought and of decisive action sufficiently far in advance of any likely crisis*”).

A solução foi explicitada em 1904, no corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, e trazia resposta clara ao dilema: diante de qualquer perturbação da ordem ou desrespeito a contratos em alguma parte do “Hemisfério Ocidental”, os Estados Unidos da América poderiam se ver forçados a cumprir o papel de “polícia internacional”. Trocando em miúdos, todas as nações devedoras ou politicamente instáveis dentro da área de influência norte-americana estavam a salvo de intervenções europeias, mas poderiam ser objeto da ação militar “preventiva” dos *marines* em seu território exatamente para evitar violações à Doutrina Monroe.

Vários países latino-americanos se opuseram ao novo “xerife”. Mas o governo brasileiro não se viu ameaçado. Àquela altura, o Brasil já tinha consolidado o regime republicano e estabilizado suas finanças, no governo Campos Sales (1898-1902). Por isso o chanceler brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Jr., barão do Rio Branco (1902-1912), não viu perigo de intervenção norte-americana em território nacional:

recusou qualquer articulação sul-americana a favor da Doutrina Drago e silenciou, oficialmente, a respeito do corolário Roosevelt. Rio Branco viu na projeção do poderio norte-americano um anteparo contra a ameaça do imperialismo europeu. Na prática, concordou com os pressupostos de Roosevelt e aprofundou o relacionamento especial com o “grande irmão do Norte”: em janeiro de 1905, as duas maiores repúblicas das Américas trocaram embaixadas; em 1906, o Rio de Janeiro sediou a III Conferência Internacional Americana, com a presença do secretário de Estado Elihu Root, o primeiro a sair do país em visita oficial a outra nação. E a Doutrina Drago não foi incluída no programa da Conferência.

Essa “aliança não-escrita”, na consagrada definição de Bradford Burns, despertou nos vizinhos o temor de uma suposta ameaça de subimperialismo brasileiro, reforçada pela aprovação de um programa de reorganização da Marinha de Guerra brasileira, em 1904. Principalmente na Argentina, alguns diplomatas suspeitavam que Rio Branco se aproximava dos EUA com o fito de exercer, no Cone Sul, o papel de cogarante do monroísmo, repetindo o que o Império brasileiro fizera no Prata, em passado não muito distante, e que o novo Império Americano implementava no Caribe, no presente bem próximo.

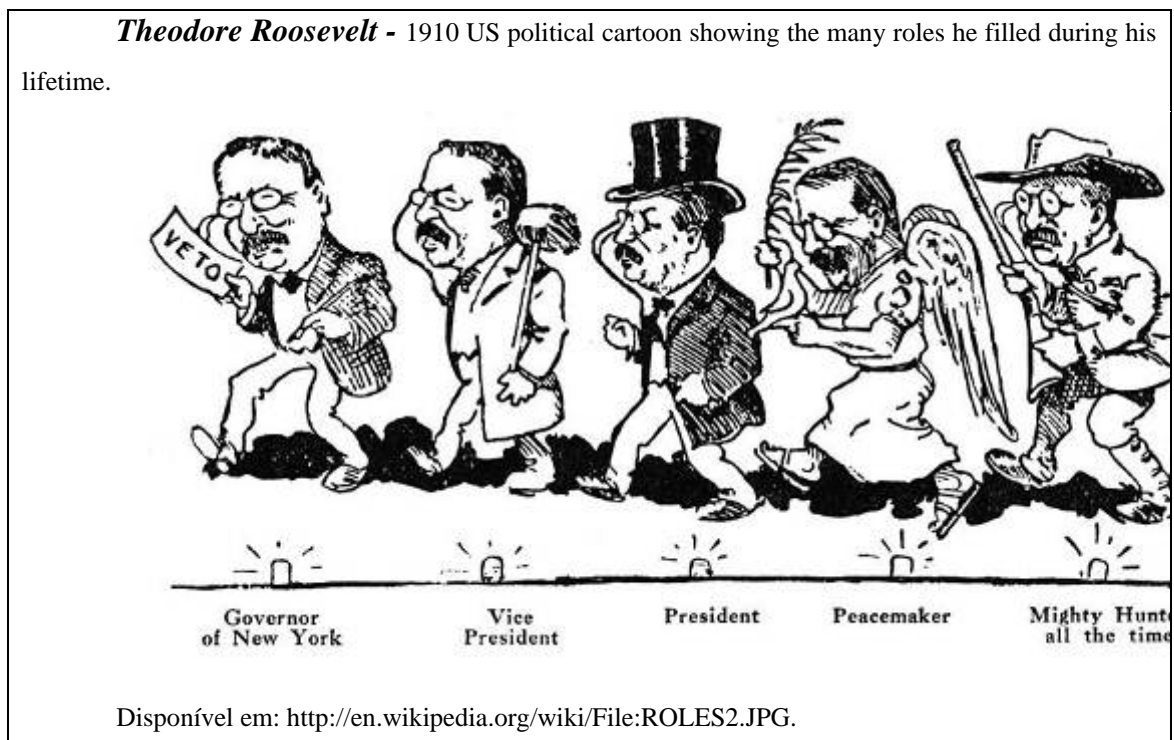
PROJEÇÃO MUNDIAL

Outros dois episódios, ainda durante o governo Roosevelt, elucidam um aspecto pouco enfatizado na literatura brasileira sobre a política externa norte-americana inaugurada pelo governo McKinley. É que a consolidação da hegemonia dos EUA sobre a América Latina e o Caribe inseria-se num contexto de disputas imperialistas em que as intervenções europeias no “Hemisfério Ocidental” ainda constituíam uma ameaça, como Rio Branco notara e vários episódios recentes evidenciavam. Alguns exemplos, restritos ao Brasil, são suficientes para comprovar essa tese, que ao olhar contemporâneo parece estranha: a intervenção estrangeira (europeia e norte-americana) na Revolta da Armada, em 1893; a ocupação britânica na Ilha de Trindade, em 1895; o laudo arbitral do rei da Itália, Victor Emanuel III, sobre a pendência limdeira entre Brasil e Guiana Inglesa, em 1904; e o episódio da canhoneira alemã *Panther*, em 1905.

Nesse contexto, os métodos da *Big Stick Policy* de McKinley e Roosevelt deveriam servir não apenas à consolidação da hegemonia norte-americana nas Américas, mas também tinham que ser capazes de afastar qualquer pretensão europeia sobre o Hemisfério Ocidental. Isso demandava a projeção mundial dos EUA, que

passava pela demonstração da força militar (especialmente naval) da potência extraeuropeia emergente e de sua capacidade de participar da política internacional como um ator relevante. “Teddy” Roosevelt estava ciente do desafio, e agiu também nessas duas direções, principalmente em seu segundo mandato.

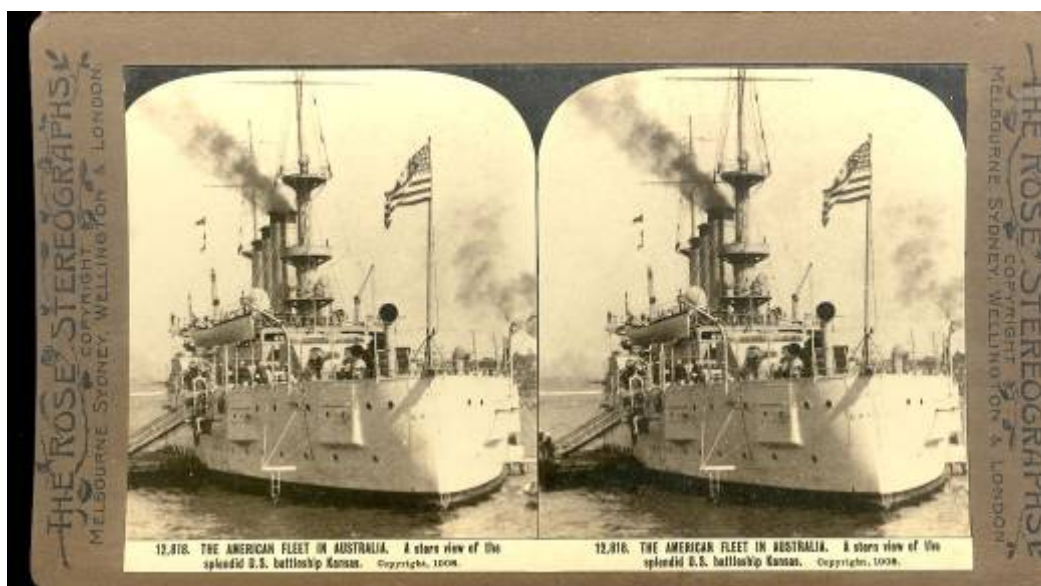
Em 1905, por exemplo, foi o mediador do Tratado de Portsmouth, que encerrou a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Em 1906, isso rendeu ao presidente mais expansionista da história dos EUA até então o Prêmio Nobel da Paz, que nunca tinha sido ofertado a um norte-americano. Foi como se o mundo reconhecesse que entre 1898 e 1906 o Tio Sam saíra da infância americana para a juventude global. Logo em seguida, em 16 de dezembro de 1907, a potência debutante no tabuleiro da política mundial iniciou uma grande exibição de poder militar em âmbito universal, por determinação do presidente Roosevelt. Pouco mais de um ano depois, em 22 de fevereiro de 1909, uma esquadra de guerra da Marinha dos EUA, chamada de *Great White Fleet* e composta de 16 encouraçados divididos em quatro esquadrões, completou viagem de circunavegação em missão de paz ao redor do globo.



Ela saiu de Hampton Roads, e seus navios passaram por portos do Brasil, Argentina, Chile, Peru e México; alcançaram a costa leste dos EUA e atravessaram o Pacífico, com paradas no Havaí, ilhas Samoa e Nova Zelândia; exibiram-se em portos

da Austrália, Filipinas, Japão, China, Ceilão (Sri Lanka); cruzaram o canal de Suez e foram recebidos em portos do Egito, onde oficiais norte-americanos tiveram audiência com o representante britânico local; depois disso a frota seguiu pelo Mediterrâneo, fazendo paradas em portos da Argélia, Grécia, Líbano, Turquia, Marrocos, França, Itália, além das possessões britânicas de Malta e Gibraltar, antes de cruzar o Atlântico de volta aos EUA para que o presidente Roosevelt passasse em revista seus encouraçados brancos. Reconhecida pela sociedade internacional, a emergente Marinha dos EUA dançaria uma valsa conduzida pelo balanço do mar, como a debutante que, de branco, exhibe diante do público que está preparada (e armada!) para ingressar no mundo daqueles que já alcançaram a maturidade. Desse modo, o novo “xerife” do Hemisfério Ocidental mostrava às potências imperialistas que as terras americanas, mesmo se consideradas selvagens e habitadas por sociedades primitivas que demandavam intervenção, não admitiam mais do que um cacique na condução da missão civilizatória.

Encouraçado *USS Kansas* (BB-21) – *A Great White Fleet* na Austrália (1908)



Disponível em: <http://www.greatwhitefleet.info/12-818_jpg_view.htm>.

DESDOBRAMENTOS

A construção do canal do Panamá, entre 1907 e 1914, foi o resultado mais visível da implementação das teses do almirante Mahan, que Roosevelt tinha conhecido em fins dos anos 1880 no Naval War College. Tratava-se da proposição de que o domínio dos mares por meio do controle das rotas comerciais e do poderio naval constituía o aspecto mais decisivo para os resultados de um conflito militar. A abertura

do canal viabilizou as condições efetivas para a consolidação da hegemonia militar dos EUA nas Américas e no Pacífico, impulsionando a projeção mundial do “Tio Sam”. Por isso mesmo, as intervenções militares norte-americanas na América Central e Caribe continuaram, no governo Roosevelt e mesmo depois dele.

Em 1906, por exemplo, o “Grande Porrete” de Teddy foi acionado para defender os interesses dos EUA em Cuba, onde os *marines* permaneceram até 1909. Em 1907, contudo, a delegação norte-americana à II Conferência da Paz de Haia obteve a aprovação de tratado que tornava ilegal a mobilização de força militar para cobrança de dívidas. Isso demandou a revisão dos métodos que o governo dos EUA usava para estabilizar as finanças dos países “indisciplinados” em sua área de influência. Mas não pôs fim às intervenções.

Quem levou a cabo essa tarefa foi o sucessor de Roosevelt, eleito em 1908 pelo mesmo partido Republicano: William Howard Taft (1909-1913), cujo secretário de Estado Philander Knox incentivou bancos norte-americanos a comprar as dívidas de países do Caribe e América Central com credores europeus. Taft apelidou sua política de “Diplomacia do Dólar” (*Dollar diplomacy*) e a fundamentou como forma de preservar a segurança do canal do Panamá e seguir os fundamentos do corolário Roosevelt, que visavam estabilizar política e economicamente os países da região a fim de prevenir intervenções europeias na área de influência norte-americana. Mas ela também serviu para incentivar a penetração de conglomerados bancários norte-americanos na China. E mais: quando seus resultados não foram bem-sucedidos na prevenção de revoluções, os governos norte-americanos até 1934 não hesitaram em deslocar seus *marines* para conter revoluções e restaurar a ordem que fosse mais compatível com o interesse dos EUA.

Foi o que aconteceu, por exemplo, na Nicarágua, em 1912 e 1927; no México, em 1914; no Haiti, em 1915; e na República Dominicana, em 1916; entre muitos outros exemplos. As intervenções militares dos EUA nas Américas só deixariam de ser o método privilegiado para atingir os objetivos da política externa norte-americana a partir de 1934. Nesse ano o governo de Franklin Delano Roosevelt, primo distante de “Teddy” que fora eleito presidente pelo Partido Democrata, revogou a Emenda Platt e evacuou suas tropas do Haiti, encerrando a *Big Stick Policy*. Em contexto de profunda crise econômica e crescente sentimento antiamericano nas Américas, a influência dos fascismos se alastrava, principalmente entre as Forças Armadas dos países latino-americanos. Começava então a Política da Boa Vizinhança (*Good Neighbor Policy*),

que viria a perseguir objetivos semelhantes aos de McKinley e do primeiro Roosevelt, mas com métodos muito diversos.

Luigi Bonafé

FONTES:

ARON, Raymond. *República imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Trad. de Edilson Alkmim Cunha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. (Biblioteca de Cultura Histórica)

BUENO, Clodoaldo. *A república e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. (Prismas)

_____. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FINNEMORE, Martha. *The purpose of intervention: changing beliefs about the use of force*. Ithaca, London: Cornell University Press, 2003. (Cornell Studies in Security Affairs).

Encouraçado *USS Louisiana* (BB-19) – A *Great White Fleet* na Austrália (1908)



12,857. *The American Fleet in Australia. Turret and 12-in. guns on a modern battleship - the USS Louisiana*

Disponível em: <http://www.greatwhitefleet.info/Rose_Stereographs.html>.